

Jorge Fagundes*

Economia - Brasil

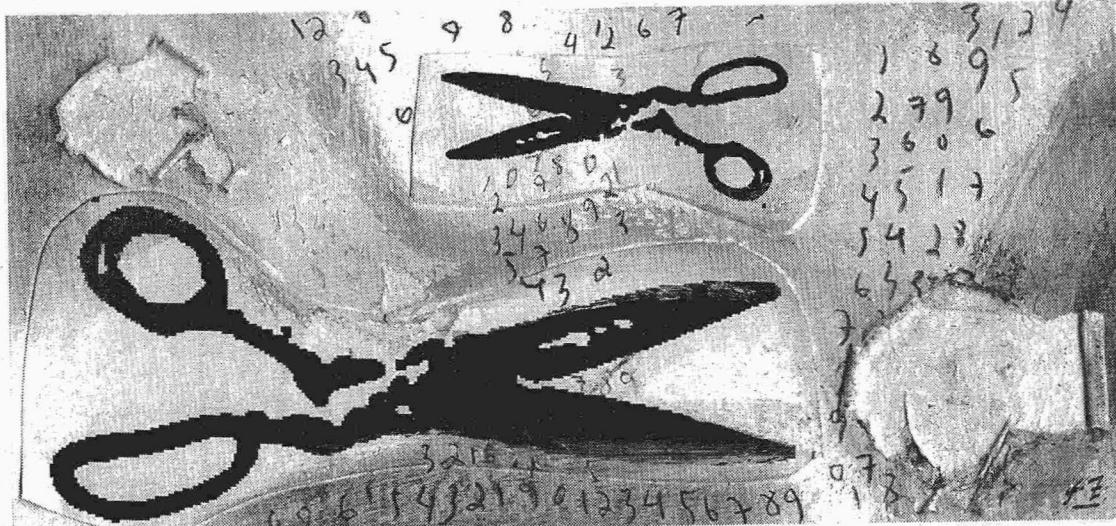
Impostos, gasto público e crescimento

Há enormes espaços para corte de despesas por meio da gestão eficiente

A política fiscal, entendida como as diretrizes para a ação do governo tanto no campo da arrecadação de recursos junto a sociedade, como do gasto público, e sua relação com o almejado crescimento econômico do País, tem sido um tema marcado por grande controvérsia. Durante a campanha eleitoral, o presidente reeleito e seu ministro da Fazenda defenderam que o maior equilíbrio das contas públicas virá basicamente como decorrência do maior crescimento econômico, a partir da redução gradual da taxa de juros real brasileira.

Embora fosse aparentemente mais fácil e de maior apelo popular, justamente por gerar menores resistências junto aos diversos grupos de interesses que obtêm rendas a partir da situação fiscal vigente, a solução proposta pelo presidente reeleito não somente é falsa, sendo incapaz de gerar uma trajetória de crescimento vigoroso de longo prazo para a economia nacional, como também afasta a opinião pública do enfrentamento do verdadeiro problema macroeconômico do País, ligado, em geral, ao tamanho do Estado brasileiro e, em particular, à política fiscal.

A visão de Lula inverte a ordem de causalidade dos problemas macroeconômicos — e das respectivas soluções — da economia nacional. A despeito da experiência histórica nacional, muitos acreditam, dentro e fora do governo, que o baixo crescimento da economia brasileira se deve exclusivamente à elevada taxa de juros real, tanto por seu efeito deletério sobre o investimento privado e a demanda por bens duráveis, como pelo seu impacto sobre a taxa de câmbio, cuja valorização excessiva inibe a atividade econômica no País.



Ainda que a manutenção da taxa de juros real em patamares elevados de fato produza tais efeitos negativos, o erro do diagnóstico oficial encontra-se numa inversão de nexo causal: o governo trata uma variável dependente — a taxa de juros — como se a mesma fosse independente, capaz de ser reduzida por meio de uma simples decisão “corajosa” do Banco Central (BC). O equívoco do governo está em supor que as taxas de juros reais podem baixar significativamente por meio de uma política monetária menos “ortodoxa”, sem que haja previamente uma redução do gasto público e da relação da dívida/PIB.

Na verdade, o nexo causal é justamente o inverso do pressuposto pelo governo Lula: as taxas de juros reais não caem e, portanto, o investimento e o crescimento não decolam (efeito) em função, ainda que não exclusivamente, da política fiscal (causa) equivocada do governo petista. Do ponto de vista macroeconômico, portanto, o nível do gasto público, de um lado, e a elevada carga tributária, de outro lado, são fortes en-

traves ao crescimento vigoroso e sustentável do Brasil.

A tributação excessiva sobre a atividade produtiva onera os custos de bens e serviços e, portanto, os preços pagos pelos consumidores, diminuindo a demanda das famílias, além de inibir o investimento privado — a taxa de investimento na economia brasileira é de somente 20% do PIB, contra cerca de 25% a 30% de outros países emergentes. Medidas paliativas, como a desoneração fiscal de determinados setores não somente aumentam custos de transação, dada a confusão jurídica criada, como também geram ineficiências microeconômicas, a partir das distorções nos preços relativos.

Já o elevado e crescente gasto público, a despeito do Brasil possuir uma das mais elevadas cargas tributárias do mundo (de quase 40% do PIB), implica déficits das contas do governo, na ordem de 3% do PIB, financiados pela poupança privada. A rolagem da expressiva dívida pública — de cerca de R\$ 1 trilhão ou 50% do PIB — em prazos curtos pressiona a taxa de juros, explicando em

grande parte os seus altos patamares em termos reais e a escassez de crédito de longo prazo para o setor privado.

Essa situação somente se inverterá quando o gasto e a dívida pública baixarem, abrindo espaço para juros menores, câmbio menos valorizado e investimentos maiores, com impactos significativos e sistemáticos sobre o crescimento da economia brasileira.

Aliás, cabe enfatizar a inexistência de qualquer incompatibilidade entre a redução do gasto público e a manutenção de políticas sociais de redistribuição de renda. Entre outros motivos, porque certamente há enormes espaços para cortes de despesas por meio da gestão eficiente dos recursos públicos e incrementos de produtividade na prestação de serviços pelo Estado.

Há também espaço para a diminuição dos gastos por meio da reforma da Previdência do setor público e do fim de determinadas políticas que concentram a renda, como a universidade pública gratuita.

* Sócio da Fagundes Consultoria Econômica